

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ativos Totais de R\$ 8.207.904 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 1.374.446 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 8.159.855 mil e

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais	
	2016	2015
CIRCULANTE	865.972	515.994
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	174.739	13.968
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 6)	520.109	-
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	-	331.260
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17d).....	-	19.150
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16a).....	170.075	150.665
Depósitos Judiciais (Nota 9)	974	884
Créditos Tributários (Notas 17c e f)	75	67
NÃO CIRCULANTE	7.341.932	6.755.025
Realizável a Longo Prazo	307.911	684.282
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 6)	199.910	452.993
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 8)	107.565	-
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	-	231.131
Créditos Tributários (Notas 17c e f)	436	158
Investimentos (Nota 10b).....	7.034.021	6.070.744
TOTAL	8.207.904	7.271.020

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais	
	2016	2015
CIRCULANTE	46.975	59.880
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17e).....	33.835	48.189
Dividendos a Pagar (Notas 11c e 16a).....	13.057	11.613
Outras Obrigações	83	78
NÃO CIRCULANTE	1.074	954
Provisão para Impostos e Contribuições.....	900	70
Provisão para Provisões Fiscais (Nota 12)	174	884
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.159.855	7.210.186
Capital Social (Nota 11a).....	3.656.900	2.350.000
Reservas de Capital	-	1.306.812
Reservas de Lucros (Nota 11b).....	4.519.913	3.557.612
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	(16.958)	(4.238)
TOTAL	8.207.904	7.271.020

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	1.332.445	1.184.359
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 10b)	1.332.445	1.184.359
DESPESAS OPERACIONAIS	23.960	11.582
Despesas Tributárias (Nota 14)	20.189	9.656
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 15).....	3.771	1.926
RESULTADOS FINANCEIROS	156.264	104.992
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 13)	156.264	104.992
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.464.749	1.277.769
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17a).....	(90.303)	(55.399)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.374.446	1.222.370
Número de ações	535.796.738	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	2.565,24	2.281,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.464.749	1.277.769
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.332.445)	(1.184.359)
Juros e Variações Monetárias, Líquidas	535	144
Lucro Líquido Ajustado	132.839	93.554
Aumento/(Redução) em Empréstimos e Recebíveis	562.391	(269.833)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível para Venda.....	(267.773)	(452.993)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	(107.565)	-
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	40.063	2.857
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	551	909
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(105.739)	(28.112)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	254.767	(653.618)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre Capital Próprio Recebidos	92.111	44.182
Dividendos Recebidos	224.506	321.414
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	316.617	365.596
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(410.613)	(10.218)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(410.613)	(10.218)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	160.771	(298.240)
Início do Exercício	13.968	312.208
Fim do Exercício	174.739	13.968
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	160.771	298.240

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados para negociação, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimentos em Coligadas e Controladas

São classificados como controladas as entidades sob as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possui, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures. O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Patrimônio líquido ajustado		Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
	2016	2015				2016	2015	2016	2015
	Cielo S.A. (1)	3.500.000				9.349.285	4.005.451	648.600	28,482
Tapajós Serviços Ltda.	1.575.116	2.817.152	291.148	736.554	46,7619	1.317.354	1.180.329	136.146	132.455
Tapajós Holdings Ltda.	1.125.840	1.125.840	177.284	137.063	27,0875	304.962	247.531	48.022	45.016
Cerrado Serviços Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(250)
Ágio - Cielo S.A. (3)	-	-	-	-	-	2.733.299	2.733.299	-	-
Total						7.034.021	6.070.744	1.332.445	1.184.359

(1) Inclui ganho de dividendos e JCP, decorrente a variação entre a provisão de ações estimadas e ações deliberadas, na proporção de sua participação;
(2) Investimento alienado em fevereiro/2015; e
(3) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (impairment).

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias	535.796.738	535.796.738
Total	535.796.738	535.796.738

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 1.306.900, elevando-o de R\$ 2.350.000 para R\$ 3.656.900, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Capital - Ágio em Emissão de Ações", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Reservas de lucros	4.519.913	3.557.612
- Reserva legal (i)	374.311	305.589
- Reserva estatutária (ii)	4.145.602	3.252.023

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2014	1.300.000	2.356.812	244.471	2.102.384	4.600	-	6.008.267
Aumento de Capital com Reservas ..	1.050.000	(1.050.000)	-	-	-	-	-
Reserva Reflexa	-	-	-	-	(8.838)	-	(8.838)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.222.370	1.222.370
Destinações: - Reservas.....	-	-	61.118	1.149.639	-	(1.210.757)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 21,67 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(11.613)	(11.613)
Saldos em 31.12.2015	2.350.000	1.306.812	305.589	3.252.023	(4.238)	-	7.210.186
Aumento de Capital com Reservas ..	1.306.900	(1.306.812)	-	(88)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(12.720)	-	(12.720)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.374.446	1.374.446
Destinações: - Reservas.....	-	-	68.722	1.292.667	-	(1.361.389)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 24,37 por lote de mil ações)	-	-	-	(399.000)	-	(13.057)	(412.057)
Saldos em 31.12.2016	3.656.900	-	374.311	4.145.602	(16.958)	-	8.159.855

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Lucro Líquido	1.374.446	1.222.370
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(12.720)	(8.838)
Total do Resultado Abrangente	1.361.726	1.213.532

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

b) **Dividendos a pagar**
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se ao valor indevidamente restituído pela Receita Federal do Brasil, em função de que parte do crédito restituído, foi utilizado anteriormente em compensações, conforme informado nas PER/DComPs. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação da provisão de contingências fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Saldo no início do período	884	800
Atualização Monetária	90	84
Saldo no final do período	974	884

13) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	6.815	42.165
Rendimento de operações compromissadas	81.734	59.978
Rendimento de letras financeiras	67.823	2.993
Rendimento de aplicações em CDB	427	-
Juros ativos	90	84
Juros passivos	(625)	(228)
Total	156.264	104.992

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
PIS e COFINS	20.189	9.656
Total	20.189	9.656

15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Doações e patrocínios	3.649	1.820
Editais e publicações	90	85
Serviços de terceiros	32	21
Total	3.771	1.926

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	10	-	-
Ativos Financeiros Disponível para Venda	720.019	452.993	-	-
Empréstimos Recebíveis	-	562.391	-	-
Ativos Financeiros para Negociação	107.565	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	170.075	150.665
Passivos				
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-	13.057	11.613

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Caeté Holdings Ltda., Cielo S.A., Elba Holdings Ltda., Quixaba Empreendimentos, Rubi Holdings Ltda., Tapajós Holdings Ltda. e Tempo Serviços Ltda.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2016	2015	2016	2015
Rendimento de operações compromissadas	81.734	59.978	-	-
Rendimento de letras financeiras	67.823	2.993	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	427	-	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Columbus Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	1.464.749	1.277.769
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(498.014)	(434.441)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	452.947	353.164
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(911)	(544)
Juros sobre o capital próprio	(47.403)	24.744
Outros	3.078	1.678
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(90.303)	(55.399)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(90.335)	(55.359)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	32	(40)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(90.303)	(55.399)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2015	Constituição	Realização	2016
Perdas de investimentos	170	-	-	170
Provisão de editais e publicações	26	28	26	28
Provisão contingências fiscais	29	30	-	59
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	225	58	26	257
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	254	-	254
Total dos créditos tributários	225	312	26	511
Obrigações fiscais diferidas	(70)	(30)	-	(100)
Total de créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	155	282	26	411

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante a R\$ 244 mil (2015 - R\$ 212 mil).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Em 2015, os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 19.150, referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio e aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 33.835 (2015 - R\$ 48.189), referem-se a Contribuição Social de R\$ 11.863 (2015 - R\$ 6.722), Imposto de Renda de R\$ 20.217 (2015 - R\$ 40.258), PIS de R\$ 288 (2015 - R\$ 194) e Cofins de R\$ 1.467 (2015 - R\$ 1.015).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2017	56	19	75
2018	246	91	337
2019	60	21	81
2020	14	4	18
Total	376	135	511

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015;

b) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva – Contador – CRC 1SP210689/O-2

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 20 de abril de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2